



Prisão de Gabriel Martins  
em 28 de abril

## KOBAN, A “POLÍCIA POLÍTICA” DO REITOR

Os episódios de 7 de março na USP colocaram em evidência o papel do “policamento comunitário” da Cidade Universitária, a cargo da Polícia Militar desde a gestão de J.G. Rodas, que em setembro de 2011 firmou um convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP) com vistas a ampliar a presença policial no principal *campus* da USP. Esse convênio, que teria a duração de cinco anos, previa a realização de “policamento comunitário participativo”, no qual 30 policiais militares patrulhariam a Cidade Universitária em carros e motos, e a instalação de duas bases móveis da PM (vide <https://goo.gl/DzsORD>).

Depois de quatro anos, em setembro de 2015, um novo convênio de policamento comunitário foi firmado entre a USP e a SSP, agora baseado no documento intitulado “Proposta de um projeto de Universidade Segura com aproveitamento do Sistema Koban” (<http://bit.ly/2v5t6GL>).

Segundo o site da PM, no sistema Koban “os policiais são fixados em territórios delimitados, passando a fazer parte integrante da comunidade e exercendo uma polícia de defesa da cidadania em estreita parceria com a própria comunidade”, tendo como diretrizes “o respeito aos princípios dos Direitos Humanos, norteados os serviços de polícia em conformidade com

as expectativas da comunidade, sendo necessária a participação dos cidadãos, além de entidades públicas e privadas, na identificação e resolução rápida dos problemas ligados à segurança, com um objetivo maior: a melhoria da qualidade de vida” (<http://bit.ly/2nKd6pw>).

O convênio de 2015 prevê que os policiais militares lotados no policamento comunitário sejam escolhidos de forma criteriosa, “adotando-se como parâmetros o voluntariado, a resiliência emocional, aceitabilidade e compreensão do desafio e, preferencialmente, o fato de serem estudantes universitários”. Ainda segundo o documento, “os policiais militares designados para trabalhar na USP não serão empregados



O tenente PM Telles em três momentos: na prisão de Gabriel Martins (p. anterior), comandando a repressão na Reitoria em 7 de março...

em intervenções policiais-militares, envolvendo alunos, professores e servidores, como o cumprimento de mandado judicial de reintegração de posse”. Isso contradiz frontalmente as ações tomadas em 7 de março, quando os soldados do Koban, presentes no cotidiano da universidade, agrediram muitos manifestantes e detiveram vários deles.

O estudante Fernando Magarian acredita que a real finalidade do policiamento comunitário dentro da USP é a espionagem política. “O policial que veio me dar voz de prisão [no HU] veio ‘apavorando’, dizendo que sabia quem eu era, me via pelas câmeras, sabia as camisetas que eu usava. É um trabalho de espionagem, pois eles estão lá, no dia a dia, sabendo o que está acontecendo nos movimentos políticos, conhecendo a gente, para ter condições de reprimir mais nos momentos de tensão”.

Neli Wada, diretora do Sintusp, é incisiva em relação ao sistema Koban:

**“Quanto à Polícia Militar”, prossegue a professora Ana Lúcia Pastore, “há muito tempo ela nem deveria mais existir. A USP deveria ser um dos centros mais críticos a essa desastrosa herança do regime militar, e mais propositivos de alternativas ao modelo atual”**

“[M.A.] Zago tem uma polícia própria. Não é a chamada polícia comunitária como consta no convênio. Não é verdade que a polícia está aqui preventivamente, para dar segurança. Na

verdade a única coisa que você vê a polícia tomando providência é reprimindo os movimentos de estudantes, de funcionários e de professores. O que caracteriza essa repressão é que, antigamente, se tivesse professores em uma manifestação, eles eram respeitados. Hoje, não. É só ver o que aconteceu no dia 7. É uma repressão violenta e vingativa”.

Dias depois do ocorrido na USP, procurada pelo *Informativo Adusp*, a SSP informou que o efetivo atual no interior da USP é composto por 56 policiais militares, a maioria dos quais “passou por um treinamento, em 2015, e, em janeiro de 2016, foi habilitada no Curso de Policiamento Comunitário Universitário ministrado por oficiais da PM”. Ainda de acordo com a SSP, o policiamento comunitário baseado no Sistema Koban “teve adaptações para a realidade estudantil com o auxílio da Comissão de Direitos Humanos da USP”.



A professora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (FFLCH), ex-superintendente de Prevenção e Proteção, define como “tragédia anunciada” os episódios de 7 de março. “A atual gestão reitoral desejava, há muito tempo, tomar essa atitude e fazer dela uma demonstração de força e poder. Escolheu, a dedo, o momento de tomá-la: uma reunião do Co em que um projeto impactante para a USP estava em pauta. Projeto mal conhecido e discutido pela imensa maioria da comunidade acadêmica, mas, de antemão, apoiado por um pequeno número de conselheiros suficiente para aprová-lo no elitizado Co. Triste dia para a democracia uspiana e vitória, sem dúvida, de acordos de bastidores garantidos pela força bruta (por isso mesmo ilegítimos)”.

“Quanto à Polícia Militar”, prossegue a professora, “há muito tempo ela nem deveria mais existir nos Estados brasileiros. A USP deveria ser um dos centros mais críticos a essa desastrosa herança do regime ditatorial-militar e mais propositivos de alternativas ao modelo atual que, como todas as estatísticas apontam,

mais perpetua e acirra múltiplas formas de violência do que as combate”.

No que depender da Reitoria, porém, a PM será deixada à vontade dentro da USP para intimidar, cercar, inquirir e, sempre que preciso, conter os rebeldes e desviantes em geral. Os incidentes multiplicam-se. Em depoimento por escrito ao *Informativo Adusp*, o professor Elie Ghannem, da Faculdade de Educação (FE), relata como duas viaturas da PM e uma da Guarda Universitária o abordaram e interromperam uma de suas aulas, ministrada ao ar livre na Praça do Relógio em 28 de março último, depois que câmeras de vigilância supostamente gravaram dois de seus alunos forçando o portão da Torre do Relógio.

Em 28 de abril, coube a um grupo do Koban chefiado pelo tenente Teles a prisão, por meios violentos e totalmente desnecessária, do estudante Gabriel Martins, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Naquele dia, ao retornar de um protesto realizado fora da USP como parte da greve geral contra as reformas do

governo Temer, estudantes decidiram derrubar as grades erguidas autoritariamente pela Reitoria em torno da ECA. Enquanto tentavam arrancar as grades com as próprias mãos, a PM os cercou por trás e os atacou com bombas de gás e cassetetes. A poucos metros do prédio central da ECA, Gabriel, que se limitara a tocar tambor durante o protesto, foi agredido a pontapés por policiais do Koban, ao tropeçar enquanto fugia da repressão. O jovem foi arrastado pelo cabelo e colocado dentro de uma viatura do autoproclamado “policimento comunitário” por pelo menos cinco policiais.

Na manhã de 14 de junho, Zelito Souza dos Santos, funcionário do Centro de Práticas Esportivas (CEPE-USP) e ex-diretor do Sintusp, voltava de seu almoço quando foi interpelado por policiais do Koban ao passar pelo portão que liga a comunidade São Remo à Cidade Universitária (a uma quadra das sedes da Adusp e do Sintusp), para que exibisse sua carteira de identidade. Ao recusar-se a exibir o documento, Zelito, que trajava o uniforme da USP, acabou preso por “desacato”.